

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS
RECURSO ADMINISTRATIVO**Rio Branco – Ac 26/12/2025**

RH NORTE – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS, H A Guerra Serviços e Representações – Me
Administrador: Helizomardson Alves Guerra **CPF nº:** 879.014.202 – 00 **CNPJ nº:** 26.155.692/0001 – 30
E-mail: guerraservicos2016@gmail.com **Fone/WhatsApp** (68) 99902 – 8253 **CEP:** 69945 – 000 **Nº:** 216.
BAIRRO: Santa maria/vila acre **Cidade:** Rio Branco – AC **RUA:** Travessa são Luiz,

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO
DA 10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF – TO
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025

OBJETO: Contratação de serviços de Assistente Administrativo e Operacional Volante.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão que habilitou a proposta do **INSTITUTO OFC**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**DESCUMPRIMENTO DO ITEM 12.3 DO TR**

O Termo de Referência (TR), em seu **item 12.3**, é imperativo ao determinar que a licitante deve considerar a tributação plena em sua proposta de preços.

O Edital é a lei interna da licitação (**Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório** – Art. 5º e 115 da Lei 14.133/21).

Ao apresentar proposta baseada em imunidade ou isenção tributária, o **Instituto OFC** ignorou regra expressa de padronização. Tal conduta impossibilita a comparabilidade objetiva dos preços e fere a isonomia, uma vez que a Administração exigiu que todos os proponentes formulassem seus custos sob o regime de tributação integral.

2. DO ERRO CRASSO NA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (NOTA EXPLICATIVA)

A Nota Explicativa apresentada pela recorrida padece de vício insanável de fundamentação.

A entidade cita o **Art. 150, III, ‘c’ da CF** para justificar isenção de ISS.

Ocorre que referido dispositivo trata do **Princípio da Noventena** (limitação ao poder de tributar quanto ao tempo).

A imunidade para **Instituições de assistência social e educação encontra – se no Art. 150, VI, ‘c’ da CF**.

A citação de base legal impertinente demonstra a ausência de rigor técnico e a fragilidade do direito alegado, não servindo como justificativa idônea para a desoneração de tributos na planilha de custos.

3. DA INCOMPATIBILIDADE DA ATIVIDADE COM A IMUNIDADE CONSTITUCIONAL

O objeto desta licitação é a prestação de serviços de “**Assistente Administrativo e Operacional Volante**”. Trata – se de atividade tipicamente econômica de terceirização de mão de obra.

Conforme entendimento consolidado do **STF (RE 630.790)** e do **TCU (Acórdão 1.103/2016 – Plenário)**, a imunidade prevista no **Art. 150, VI, ‘c’ da CF** limita – se aos serviços relacionados às finalidades essenciais da entidade.

“A exploração de atividade econômica em sentido estrito, em concorrência com o mercado, não atrai o benefício da imunidade, sob pena de violação ao Princípio da Livre Concorrência e da Isonomia.”

E – mail: guerraservicos2016@gmail.com **Fone/WhatsApp** (68) 99902 – 8253 **CEP:** 69923 – 899
BAIRRO: Santa maria/vila acre **Cidade:** Rio Branco – AC **RUA:** Travessa são Luiz, Nº: 216

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

Ao atuar como prestadora de serviços administrativos para a Administração Pública, a recorrida despe – se de sua natureza assistencial para agir como agente de mercado, devendo submeter – se ao mesmo regime tributário das demais empresas, conforme o **Art. 173, §1º, II, da CF**.

4. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA (ART. 5º, LEI 14.133/21)

A aceitação de uma proposta que suprime tributos (**ISS, PIS, COFINS**) em um cenário onde o edital exige tributação plena configura “**Vantagem competitiva artificial.**”

O TCU, no **Acórdão 1502/2018 – Plenário**, estabelece que a Administração deve zelar pela igualdade de condições. A manutenção do **Instituto OFC** no certame, com preços desonerados indevidamente, penaliza as empresas que cumprem rigorosamente suas obrigações tributárias, desequilibrando o certame.

5. DA IRREGULARIDADE NA DESONERAÇÃO DA FOLHA (LEI 12.546/11)

A recorrida afirma utilizar a **CPRB** (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta).

Todavia, há uma contradição lógica e jurídica:

1. Se a entidade busca imunidade total (**cota patronal**), deveria apresentar o **CEBAS** (**Art. 195, §7º da CF**).
2. Se a entidade opta pela desoneração da **Lei 12.546/11**, ela assume sua condição de exploradora de **atividade econômica**.

Ademais, a prestação de serviços administrativos não se enquadra automaticamente nos setores beneficiados pela desoneração atualizada pela **Lei 14.784/2023**, tornando a planilha de custos da recorrida inexecutável ou irregular frente a legislação previdenciária.

6. DO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 14 DO CTN

Para o gozo de **isenção**, é indispensável o cumprimento do **Art. 14 do Código Tributário Nacional**, especialmente a não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas.

A admissão de que balanços recentes apresentavam “**lucro**” e a mudança súbita de status para “**Associação sem fins econômicos**” às vésperas de processos licitatórios sugerem uma simulação jurídica.

A ausência de finalidade lucrativa deve ser real e estatutária, não apenas um artifício para vencer licitações através de dumping tributário.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. O conhecimento do presente recurso, dada sua tempestividade;
2. No mérito, que seja julgado **TOTALMENTE PROVIDO** para reformar a decisão administrativa, declarando a **DECLASSIFICAÇÃO** do **Instituto OFC**, por descumprimento do **item 12.3 do TR** e irregularidade na composição dos custos tributários;
3. Subsidiariamente, caso não seja **desclassificada** de plano, que seja exigida a readequação da proposta com a tributação plena, conforme exigido no edital, sob pena de desclassificação imediata.

Termos em que, Pede deferimento.

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS

Nobre pregoeiro, vale ressaltar que o não aceite providenciaremos o remédio **Constitucional!**

Alertamos que qualquer decisão ou ato administrativo deste Órgão que configure lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, individual ou coletivo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, poderá ser imediatamente questionado pela via judicial, por meio de **Mandado de Segurança**.

Cabe lembrar que o **Mandado de Segurança** é um remédio constitucional previsto nos Incisos **LXIX** e **LXX** do **Artigo 5º da Constituição Federal de 1988** e regulamentado pela **Lei nº 12.016/09**, e destina-se a proteger direitos contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Portanto, em negativa ou ato que viole um direito **claro** e comprovado do interessado, este tem o respaldo legal e constitucional para impetrar o **Mandado de Segurança** visando a correção da ilegalidade ou abuso. A adoção de procedimentos estritamente legais é essencial para evitar a judicialização das questões. A cautela na aplicação das regras de habilitação é fundamental para evitar a judicialização do certame e possíveis anulações.

Termos em que, Pede deferimento e o restabelecimento da ordem legal.

Atenciosamente.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Helizonardson Alves Guerra'.

RH NORTE – RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 26.155.692/0001-30
Administrador

E – mail: guerraservicos2016@gmail.com **Fone/WhatsApp** (68) 99902 – 8253 **CEP:** 69923 – 899
BAIRRO: Santa maria/vila acre **Cidade:** Rio Branco – AC **RUA:** Travessa são Luiz, Nº: 216